

Desafios e perspectivas da curricularização da extensão: uma análise a partir da percepção de coordenadores universitários

Challenges and perspectives of the curricularization of extension: an analysis based on the perception of university coordinators



Rangel Ribeiro Marques¹, Miguel Ângelo Martino Filho², João Alfredo Costa de Campos Melo Júnior³, Carlos Artiaga Paula⁴

RESUMO

O artigo aborda os desafios e perspectivas da curricularização da extensão universitária, analisando sua implementação no *campus* de Rio Paranaíba da Universidade Federal de Viçosa (UFVCRP). A extensão universitária, integrada ao currículo, busca promover a interação entre o conhecimento acadêmico e as demandas da sociedade, visando uma formação mais ampla dos alunos. O estudo adotou uma abordagem qualitativa, combinando revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas semiestruturadas com coordenadores de curso. A análise de conteúdo foi utilizada para identificar padrões e desafios na implementação da curricularização da extensão. Os principais obstáculos apontados incluem a falta de engajamento de docentes e discentes, restrições financeiras e logísticas, além da sobrecarga curricular. Os coordenadores entrevistados enfatizaram a necessidade de maior integração entre extensão e pesquisa, flexibilização curricular e aumento do apoio institucional para garantir a sustentabilidade das atividades extensionistas. Apesar das dificuldades, a curricularização da extensão apresenta grande potencial para fortalecer o papel social da universidade, promovendo uma conexão mais sólida entre academia e comunidade e proporcionando aos estudantes uma formação mais abrangente e aplicada, capacitando-os para enfrentar problemas reais por meio de experiências práticas e interdisciplinares.

Palavras-chave: Curricularização da extensão. Educação libertadora. Democratização do conhecimento.

¹ Discente do Curso de Mestrado Profissional em Administração Pública – PROFIAP da Universidade Federal de Viçosa *Campus* Rio Paranaíba/MG. E-mail: rangel.marques@ufv.br. Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-3851-7365>.

² Discente do Curso de Mestrado Profissional em Administração Pública – PROFIAP da Universidade Federal de Viçosa *Campus* Rio Paranaíba/MG. E-mail: miguel.martino@ufv.br. Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-5355-7263>.

³ Doutor em Ciências Sociais (Sociologia) pela Universidade Federal de São Carlos. Docente do Curso de Mestrado Profissional em Administração Pública – PROFIAP da Universidade Federal de Viçosa *Campus* Rio Paranaíba/MG. E-mail: joao.melo@ufv.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9671-1066>.

⁴ Doutor pelo programa interdisciplinar em promoção da saúde pela Universidade de Franca. Coordenador e docente do Curso de Mestrado Profissional em Administração Pública – PROFIAP da Universidade Federal de Viçosa *Campus* Rio Paranaíba/MG. E-mail: carlosartiaga@ufv.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6927-9239>.

ABSTRACT

The article addresses the challenges and perspectives of the curricularization of university extension, analyzing its implementation at the Rio Paranaíba campus of the Federal University of Viçosa (UFVCRP). University extension, integrated into the curriculum, aims to promote interaction between academic knowledge and societal demands, fostering a broader education for students. The study adopted a qualitative approach, combining bibliographic review, document analysis, and semi-structured interviews with course coordinators. Content analysis was used to identify patterns and challenges in the implementation of extension curricularization. The main obstacles identified include the lack of engagement from faculty and students, financial and logistical constraints, and curricular overload. The interviewed coordinators emphasized the need for greater integration between extension and research, curricular flexibility, and increased institutional support to ensure the sustainability of extension activities. Despite these challenges, the curricularization of extension holds great potential to strengthen the university's social role, fostering a stronger connection between academia and the community while providing students with a more comprehensive and applied education, equipping them to tackle real-world problems through practical and interdisciplinary experiences.

Keywords: Extension curriculum. Liberating education. Democratization of knowledge.

1 INTRODUÇÃO

As instituições universitárias desempenham um papel essencial ao longo da história, desde os tempos da antiga Grécia até o Império Romano, a Idade Média e a contemporaneidade, variando em acessibilidade, estrutura organizacional e funções ao longo dos séculos. No contexto brasileiro, as universidades surgiram em 1920, inicialmente focadas na transferência de conhecimento. Entre as décadas de 1960 e 1990, testemunhou-se uma expansão das áreas de pesquisa e pós-graduação. A partir dos anos 1990, houve um aumento na ênfase em gestão eficiente e busca por inovações para fortalecer o vínculo com as comunidades locais (Ferreira; Amaral; Lacerda, 2009).

Entretanto, percebeu-se a necessidade de expandir esses conceitos, aproximando a universidade da sociedade e transformando essa interação em algo benéfico e enriquecedor para ambas as partes. Este conceito, adotado por universidades, especialmente no Brasil, refere-se à conexão direta da comunidade acadêmica de uma instituição de ensino superior com a sociedade em que está inserida. Essa conexão gerou movimentos como a Revolução da Abertura, caracterizada pela crescente ênfase na democratização do acesso ao conhecimento, e a Revolução na Avaliação, que promove mudanças nas práticas de avaliação acadêmica, priorizando a avaliação do impacto social e a qualidade da pesquisa sobre métricas tradicionais. Esses movimentos culminaram no acesso aberto, onde pesquisas e publicações acadêmicas são disponibilizadas gratuitamente para o público, visando democratizar o conhecimento e aumentar sua acessibilidade.

Nesse contexto, a extensão universitária surge como resposta à busca pelo desenvolvimento social, facilitando a troca de conhecimento entre a universidade e a sociedade. Além de promover atividades de divulgação científica, estimula a criação de

iniciativas para resolver problemas sociais, resultando em mudanças positivas para a sociedade.

O objetivo deste artigo foi investigar os desafios e potencialidades da curricularização da extensão nas universidades, explorando como essa prática pode contribuir para a formação acadêmica e o engajamento comunitário, e identificar estratégias para sua implementação e superação de obstáculos. A pesquisa se concentra nas percepções dos coordenadores de curso da Universidade Federal de Viçosa *Campus* Rio Paranaíba (UFVCRP) sobre o tema.

A escolha do tema objetivou compreender as percepções dos coordenadores da UFVCRP sobre a curricularização da extensão e facilitar um diálogo mais informado e colaborativo para melhorar a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, combinando revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas semiestruturadas. Inicialmente, realizou-se uma revisão da literatura sobre a curricularização da extensão, considerando marcos legais e estudos anteriores. Paralelamente, documentos institucionais foram analisados para compreender diretrizes e desafios específicos da implementação no *campus* de Rio Paranaíba da Universidade Federal de Viçosa.

Além dessas fontes, foram conduzidas entrevistas com coordenadores de curso, buscando captar percepções e experiências sobre a integração da extensão universitária ao currículo. O método de análise adotado foi a análise de conteúdo, permitindo identificar padrões, desafios e sugestões para aprimorar o processo de curricularização. A triangulação de dados entre revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas garantiu maior rigor metodológico e aprofundamento na compreensão do fenômeno estudado.

2 FUNDAMENTOS LEGAIS DA INTEGRAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CURRÍCULO

No Brasil, a noção de extensão universitária começou a se desenvolver a partir de 1938, com a fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE), influenciada pelo movimento de Córdoba (Argentina), ocorrido em 1918. Esse movimento conferiu à extensão o reforço da função social da universidade, visando difundir a cultura acadêmica para a população e abordar as questões nacionais (Oliveira; Tosta; Freitas, 2020).

Porém, a legalização e a institucionalização da extensão universitária no Brasil foram lentas e nem sempre os documentos permitiram a compreensão sobre o conceito e a própria práxis da extensão por parte dos atores sociais que formam as Instituições de Ensino Superior.

Consequentemente, cada instituição praticou extensão como entendia ao longo do século XX, resultando em atividades com caráter assistencialista e paternalista, criticadas posteriormente (Leite; Hellmann, 2023, p.16).

As universidades brasileiras tiveram sua primeira estrutura estabelecida pelo Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, o qual estipulava toda a organização e administração universitária (Brasil, 1931). Com a promulgação da Lei nº 5.540/68 em 1968, que tratava da reforma universitária, a extensão passou a ser exigida e delineada por meio de cursos e serviços prestados à comunidade. Contudo, ainda não era reconhecida como o terceiro elemento essencial da universidade (Almeida; Araújo; Guerreiro, 2012).

Em 1987, foi criado o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) para fortalecer as políticas acadêmicas de extensão e estabelecer diretrizes práticas (Andrade; Morosini; Wiebusch, 2018). Segundo o FORPROEX (2012), a Extensão Universitária, com base no princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar que promove uma interação transformadora entre a Universidade e a sociedade.

Em 1975, o Ministério da Educação (MEC) criou a primeira Política de Extensão no Brasil, promovendo mudanças significativas e ampliando o público da extensão para incluir organizações e a população geral (Imperatore; Pedde, 2015). A extensão passou a valorizar a colaboração com a sociedade e a incluir serviços, atividades culturais e projetos comunitários, aumentando a participação de professores e alunos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (LDB), aprimorou as práticas de extensão nas instituições de ensino superior, tornando essencial sua integração ao currículo acadêmico. O Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010 propôs que 10% dos créditos de graduação fossem obtidos através de extensão, mas a meta não foi atingida. O PNE 2014-2024, pela Lei nº 13.005/2014, reforçou a diretriz, determinando que pelo menos 10% da carga horária dos cursos de graduação seja dedicada à extensão, com foco na área social.

Andrade, Morosini e Wiebusch (2018) destacam que o cumprimento dessa meta cria uma nova realidade na Educação Superior, promovendo a integração de docentes, discentes e a comunidade extensionista, melhorando o desenvolvimento profissional e garantindo a função social da universidade. Para reforçar essa estratégia, o Conselho Nacional de Educação (CNE), vinculado ao Ministério da Educação, aprovou a Resolução nº 7/2018, que enfatiza a importância da integração curricular da extensão universitária. Esta resolução detalha a concepção, diretrizes, princípios, avaliação e registro da extensão curricularizada.

No Quadro 1, são apresentados, em ordem cronológica, os principais eventos legais relacionados à extensão universitária.

Quadro 1 - Marcos legais da extensão universitária

Ano	Marcos históricos da extensão universitária
1988	Constituição Federal do Brasil
1996	Lei de Diretrizes e Bases (LDB)
2001	Plano Nacional de Educação (2001-2010)
2003	Programa de Extensão Universitária (PROEXT)
2010	FORPROEX
2012	Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU)
2014	Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei n. 13.005, 12.7)
2018	Resolução n. 7/2018
2020	Parecer de Prorrogação - CNE/CES n. 498/2020.

Fonte: Andrade, Borda (2021).

Andrade e Borda (2021) destacam que a extensão universitária é crucial no ensino superior, integrando-se ao ensino e à pesquisa. Seu objetivo é reconhecer sua importância na formação do estudante e na solução de problemas dentro e fora da universidade. As atividades de extensão promovem interdisciplinaridade, autonomia estudantil, aplicação prática de tecnologias, experiência profissional e responsabilidade social. A normativa estabelece que cada universidade deve definir sua abordagem para cumprir a estratégia 12.7 do PNE 2014-2024 em até três anos após a homologação (Brasil, 2018), tornando a curricularização da extensão uma exigência legal para aumentar o número de estudantes no ensino superior.

No entanto, o cumprimento dos prazos varia entre as universidades brasileiras. Segundo Miguel (2023), "em algumas instituições, o processo já está totalmente implementado; em outras, está em fase inicial de desenvolvimento; enquanto algumas ainda pedem adiamento para efetivar a creditação a partir de 2024". Essa diversidade mostra que a política de extensão ainda está em fase inicial, especialmente em comparação com países mais desenvolvidos.

2.1 Fundamentos e Orientações para a Extensão Universitária

A curricularização da extensão integra atividades de extensão como parte obrigatória da carga horária dos cursos de graduação. O Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) estabeleceu cinco diretrizes, conhecidas como os "5 Is": interação dialógica, interdisciplinaridade e

interprofissionalidade, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, impacto na formação do estudante e impacto e transformação social.

A Constituição Federal, no art. 207, reforça a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como base para a creditação da extensão nos cursos de graduação: "As universidades gozam, na forma da lei, de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão" (Brasil, 1988).

A extensão universitária, ao se integrar com as comunidades e ao ensino e pesquisa, promove o acesso e democratização do conhecimento científico (Andrade, Morosini, Wiebusch, 2018). Além da indissociabilidade, as diretrizes valorizam a dignidade humana, respeitam diferenças e promovem conhecimentos diversos. Os "cinco 'Is' da extensão" orientam o processo extensionista brasileiro (Figura 1), conforme a Política Nacional:

Figura 1 - Os 5 I's da Extensão Universitária



Fonte: Leske (2022, p. 13).

A Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, e o Plano Nacional de Educação 2014/2024 (Lei nº 13.005/2014) também fornecem diretrizes relacionadas à extensão em seus artigos 5º e 6º, como demonstrado Quadro 2.

Essas diretrizes são essenciais para a extensão universitária no país. O artigo 5º define que as atividades de extensão devem integrar ensino, pesquisa e extensão para fortalecer a formação dos estudantes e ajudar a comunidade. Ensino, pesquisa e extensão devem estar interligados e não isolados. As ações de extensão devem focar na solução de problemas da sociedade, promovendo desenvolvimento social, cultural, econômico e

tecnológico, e envolver a comunidade em todas as fases, desde o planejamento até a avaliação.

Quadro 2 – Diretrizes de extensão presentes na Resolução CNE/CES nº7/2018

Art. 5º - Diretrizes	Art. 6º - Diretrizes
I – o diálogo interativo entre a comunidade acadêmica e a sociedade, promovendo a troca de conhecimentos, a participação e o engajamento com as complexidades sociais contemporâneas;	I - Estímulo à formação integral do estudante, fomentando sua capacidade de ser um cidadão crítico e responsável.
II - A formação cidadã dos estudantes, baseada na aplicação interprofissional e interdisciplinar de conhecimentos, integrada à matriz curricular.	II - Estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com diversos setores da sociedade brasileira e internacional, promovendo e respeitando a interculturalidade.
III - Produção de mudanças na instituição de ensino e na sociedade através da construção e aplicação de conhecimentos, juntamente com outras atividades acadêmicas e sociais.	III - Promoção de iniciativas em áreas como comunicação, cultura, direitos humanos, justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia, produção e trabalho, alinhadas com políticas relacionadas à educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena.
IV - A integração entre ensino, extensão e pesquisa, baseada em um processo pedagógico único e interdisciplinar, com abordagem política, educacional, cultural, científica e tecnológica.	IV - Estímulo à reflexão ética sobre a dimensão social do ensino e da pesquisa.
	V - Incentivo à participação da comunidade acadêmica e técnica no enfrentamento dos desafios da sociedade brasileira, incluindo o desenvolvimento econômico, social e cultural.
	VI - Apoio aos princípios éticos que refletem o compromisso social de cada instituição de ensino superior.
	VII - Contribuição para a produção e construção de conhecimento atualizado e coerente, voltado para o desenvolvimento social, equitativo e sustentável, em sintonia com a realidade brasileira.

Fonte: Os autores (2024).

O artigo 6º, por sua vez, estabelece princípios éticos e legais para as atividades de extensão. As ações devem seguir padrões de ética e responsabilidade social, garantindo integridade e transparência. Dados sensíveis devem ser mantidos em sigilo e a privacidade

respeitada. As atividades devem promover o desenvolvimento sustentável, proteger o meio ambiente e adotar práticas socialmente responsáveis. Além disso, devem respeitar a diversidade cultural, étnica, social e econômica, promovendo inclusão e igualdade de oportunidades.

Essas diretrizes asseguram que a extensão nas instituições de ensino superior brasileiras seja ética, responsável e relevante, promovendo o desenvolvimento social e a integração entre ensino, pesquisa e extensão. De acordo com Pereira e Vitorini (2019), a universidade deve produzir conhecimento em diálogo com a comunidade, buscando transformar tanto a sociedade quanto a própria universidade, e levar em consideração as necessidades e características dos sujeitos sociais para superar estereótipos e preconceitos.

Além disso, é essencial que as Instituições de Ensino Superior (IES) promovam a divulgação de seus projetos de extensão. Essa prática é fundamental para a organização e compartilhamento dos projetos, desempenhando um papel crucial no processo de curricularização da extensão no sistema educacional brasileiro.

3 DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA IMPLEMENTAÇÃO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA ANÁLISE MULTIFACETADA

Conforme estabelecido pela Constituição, o Poder Público deve oferecer apoio financeiro robusto e contínuo às atividades de pesquisa e extensão, alocando, no mínimo, 18% da receita de impostos para essa finalidade. Esse compromisso reflete a importância atribuída à pesquisa e à extensão como pilares fundamentais do desenvolvimento acadêmico e social (Santos, 2013). O artigo 213, inciso II, parágrafo 2º, da Constituição ratifica essa responsabilidade ao afirmar que tais atividades podem e devem receber apoio financeiro do Poder Público (Brasil, 1988).

Além dos recursos estatais, as instituições de ensino superior podem buscar parcerias com entidades públicas e privadas para obter recursos adicionais e oferecer cursos gratuitos à comunidade.

Existem quatro estratégias, defendidas por esta Política e amplamente debatidas no âmbito do FORPROEX, que também têm o potencial de fortalecer a obtenção de

recursos públicos para as atividades de extensão universitária: incluir a Extensão Universitária nos planos plurianuais do Governo Federal, integrar a Extensão nos orçamentos das Universidades Públicas, criar um Fundo Nacional de Extensão e ampliar os editais das agências de fomento, como o CNPq, a FINEP e as FAPs estaduais para incluir a Extensão Universitária.

Outro aspecto crucial relacionado ao financiamento da educação pública no Brasil é a necessidade de garantir que os recursos destinados a esse fim sejam integralmente direcionados para as atividades educacionais, conforme estabelecido pelo mecanismo de vinculação previsto na Constituição (Netto, 2019). Isso significa que tais recursos devem ser utilizados exclusivamente para custear as operações relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão, sem desvios ou desvios de finalidade. A LDB, em seu artigo 77, parágrafo 2º, reforça que "as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsa de estudos" (Brasil, 1996).

Em 2003, o Programa de Extensão Universitária (PROEXT) foi retomado e formalizado em 2008 com o Decreto nº 6.495, visando garantir recursos para programas e projetos de extensão nas IES públicas. O PROEXT realizava editais anuais para a concessão de recursos, com o MEC como principal financiador (Netto, 2019). O encerramento do PROEXT coincidiu com a promulgação da PEC 95/2016, que limitou os gastos do governo por 20 anos. Após 2017, o financiamento da extensão universitária deixou de contar com os recursos do programa, forçando as instituições a buscarem novas fontes de financiamento para suas atividades extensionistas (Pereira, 2021).

Em um cenário de escassez de recursos e restrições orçamentárias, a extensão universitária é particularmente vulnerável. Embora seja um componente essencial do tripé acadêmico — ensino, pesquisa e extensão — a extensão frequentemente recebe menos atenção e recursos, ficando em desvantagem na distribuição orçamentária. Isso resulta em uma dependência maior de financiamento externo e projetos específicos para manter suas atividades, tornando-a a área mais prejudicada pela falta de recursos.

Além disso, a diversidade nas abordagens adotadas pelas instituições para a curricularização da extensão evidencia a complexidade e as peculiaridades de cada contexto acadêmico. Enquanto algumas instituições conseguem implementar esse processo com relativa facilidade, outras enfrentam desafios significativos devido a visões

burocráticas e conservadoras que influenciam suas estruturas administrativas e acadêmicas.

A análise de Miguel (2023) destaca que um dos maiores desafios enfrentados pelas instituições de ensino superior é não apenas a implementação prática da curricularização da extensão, mas também a superação de resistências internas e a mudança de paradigmas educacionais arraigados. Transformar uma cultura acadêmica tradicional e frequentemente resistente à mudança é um dos aspectos mais difíceis desse processo de integração da extensão ao currículo universitário. Além disso, há relatos de ameaças de rebaixamento do regime de trabalho docente por produtividade insuficiente na pesquisa, geralmente associada à produção bibliográfica. Contudo, situações similares raramente são divulgadas quando envolvem atuação nas áreas de ensino e extensão universitária (Miguel, 2023).

Andrade e Borda (2021) destacam a diversidade e complexidade dos desafios na implementação da curricularização da extensão, enfatizando a necessidade de um planejamento específico para cada realidade institucional. Esses desafios incluem a demanda por mais recursos institucionais, como investimentos na formação de professores e na preparação dos alunos para as atividades de extensão. Essa necessidade de recursos afeta tanto as universidades públicas quanto as privadas, podendo levar a um aumento das mensalidades nas instituições privadas. Além disso, as condições socioeconômicas dos alunos podem limitar sua participação nas atividades de extensão, devido a compromissos de trabalho, questões familiares ou falta de recursos financeiros (Andrade; Borda, 2021).

Outro desafio significativo é a resistência de alguns professores em se envolver com atividades de extensão, especialmente aqueles que se concentram exclusivamente em pesquisa. Essa resistência pode ser enfrentada com uma abordagem pedagógica inovadora, onde o professor assume o papel de orientador e tutor, colaborando em uma rede de educadores. Nesse modelo, tanto alunos quanto professores se tornam agentes ativos no processo de aprendizado, utilizando a extensão como uma ferramenta para democratizar o conhecimento acadêmico e se engajar com a comunidade em novas pesquisas (Silva, 2020).

Ao superar esses obstáculos, a universidade, por meio da extensão, não apenas contribui para a transformação social, mas também promove o avanço da ciência. Nos

curso de extensão, é essencial promover uma educação libertadora, na qual o professor busca estimular a curiosidade e a participação dos alunos, levando em consideração seus contextos de vida e perspectivas individuais (Santa Anna, 2020).

A curricularização da extensão universitária vai além de questões técnicas e burocráticas, estando profundamente relacionada a concepções de educação, universidade e sociedade. Envolve questões epistemológicas sobre a construção e compartilhamento do conhecimento, e reconhece a importância da relação orgânica entre a universidade e a sociedade, onde o ensino e a pesquisa desempenham papéis fundamentais (Miguel, 2023).

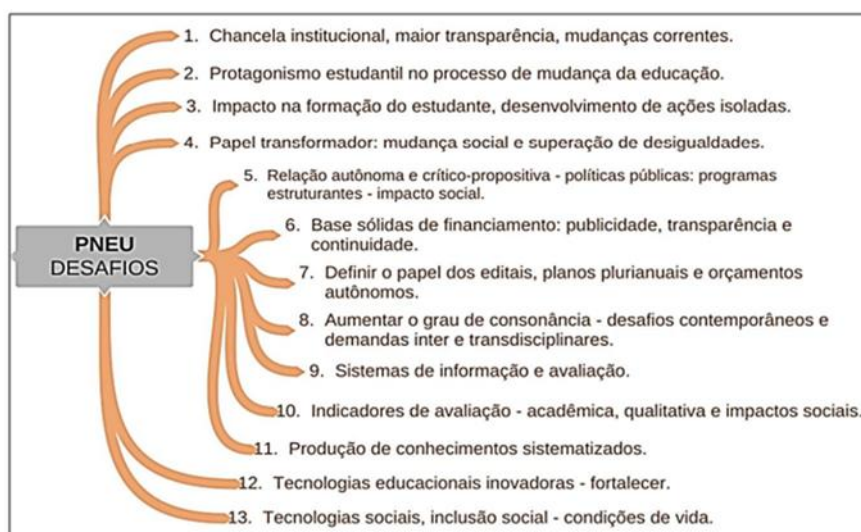
Andrade, Morosini e Wiebusch (2018) ampliam a discussão sobre a extensão universitária, destacando que, em seus estágios iniciais, ela frequentemente enfrentava invisibilidade na formação acadêmica e na democratização do conhecimento científico. Sua função muitas vezes se limitava a uma abordagem assistencialista, onde o saber acadêmico era transmitido às camadas sociais mais vulneráveis sem uma verdadeira interação e troca de conhecimentos. Isso obscurecia o potencial transformador da extensão e subestimava sua importância na formação integral dos estudantes e na construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

A curricularização da extensão universitária, conforme observado por Andrade, Morosini e Wiebusch (2018), representa uma proposta promissora para a democratização do ensino, mas também apresenta desafios para professores, estudantes e a comunidade extensionista. Ela impulsiona a adoção de uma nova postura ética e integradora no coletivo universitário, fortalecendo a integração entre ensino, pesquisa e extensão. Além disso, permite o surgimento de práticas pedagógicas inovadoras no ensino superior, contribuindo para um ambiente de formação e desenvolvimento humano e profissional baseado no trabalho coletivo e colaborativo.

Apesar de existirem documentos orientadores e diretrizes estabelecidas, os desafios na implementação da extensão universitária são amplamente reconhecidos como obstáculos reais que afetam profundamente as formas tradicionais de ensino. Esses desafios vão além do âmbito acadêmico e impactam as interações com a sociedade em geral. Isso levanta expectativas em relação à concepção e execução de atividades que não apenas promovam o engajamento da comunidade acadêmica, mas também estimulem uma interação construtiva com a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento conjunto.

Nesse contexto, a Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU) identifica vários desafios emergentes na integração da extensão nos currículos e práticas acadêmicas das instituições de ensino superior. Esses desafios, ilustrados na Figura 2, abrangem questões estruturais e organizacionais, bem como aspectos específicos relacionados à cultura acadêmica e à interação com a comunidade.

Figura 2 - Desafios da curricularização da extensão universitária



Fonte: Andrade, Borda (2021); FORPROEX (2012).

A implementação eficaz da política de extensão universitária enfrenta desafios que afetam sua efetividade, autoavaliação e avaliação externa. É crucial considerar essa política não apenas como um meio de promover a pesquisa, mas também como uma ferramenta para examinar continuamente a eficácia das atividades de extensão e seus impactos reais na comunidade atendida (Andrade; Borda, 2021).

Entre esses desafios, conforme destacado na Figura 1, está a necessidade de recursos institucionais adicionais. Isso inclui a formação adequada dos professores e a compreensão das necessidades dos alunos participantes. Investir em capacitação e desenvolvimento profissional é essencial para preparar os docentes para um engajamento efetivo nas atividades de extensão, abordando aspectos pedagógicos e as demandas das comunidades atendidas. Também existem desafios financeiros significativos tanto para universidades públicas, que precisam de mais recursos do setor público, quanto para privadas, onde os custos adicionais podem resultar em aumento das mensalidades, tornando a educação superior mais inacessível para estudantes com desafios socioeconômicos (Andrade; Borda, 2021).

Além disso, é importante abordar as dificuldades enfrentadas pelos alunos ao se adaptarem às atividades de extensão. Muitos enfrentam restrições severas devido a condições socioeconômicas, como compromissos de trabalho, questões familiares e limitações financeiras, que podem dificultar sua participação plena. Andrade e Borda (2021) sugerem a implementação de medidas de apoio e assistência estudantil para garantir igualdade de oportunidades, como bolsas de estudo, horários flexíveis para atividades extracurriculares e serviços de transporte subsidiados. Essas iniciativas ajudam a garantir que todos os estudantes possam participar de forma abrangente e inclusiva nas atividades de extensão.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa revelou que, embora a importância e os benefícios da extensão universitária sejam amplamente reconhecidos, a curricularização enfrenta desafios significativos na UFVCRP. Para superá-los, é necessário promover uma maior integração entre extensão e pesquisa, garantir apoio institucional robusto e oferecer flexibilidade curricular que atenda às diversas realidades dos cursos e estudantes. Adotar essas estratégias pode amplificar o impacto positivo da extensão universitária na formação dos estudantes e no desenvolvimento da comunidade.

A análise do tempo de serviço dos coordenadores no *campus*, que variou entre 9 e 16 anos, indica uma experiência considerável na instituição. Essa longa experiência é valiosa para a implementação da curricularização da extensão, pois os coordenadores veteranos possuem um maior entendimento das práticas estabelecidas e das mudanças ocorridas ao longo do tempo.

No entanto, essa experiência prolongada pode ser uma vantagem e um desafio. Coordenadores veteranos oferecem uma compreensão sólida das práticas existentes e podem atuar como mentores eficazes para colegas mais novos; mas, também pode haver resistência a mudanças e uma adesão a métodos tradicionais de ensino que precisam ser abordados para a implementação eficaz de novas políticas.

Os coordenadores foram questionados sobre seu conhecimento da extensão universitária e, conforme mostrado no Quadro 3, todos compartilham, essencialmente, a mesma percepção sobre o tema:

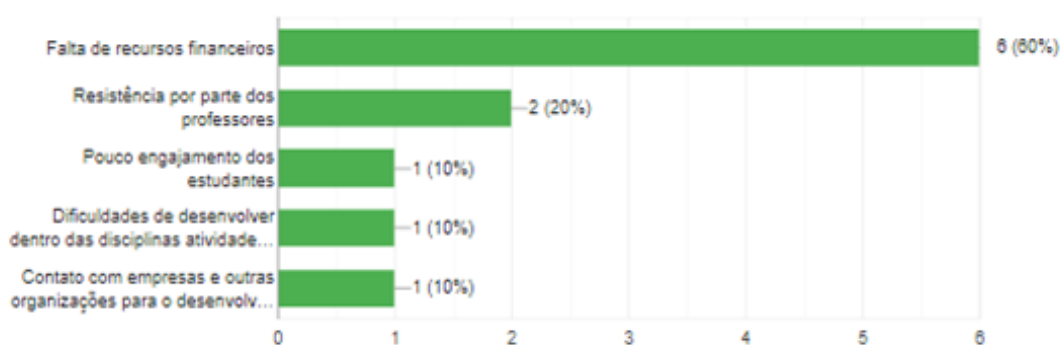
Quadro 3 - Percepção dos coordenadores a respeito do tema

1	[...] processo acadêmico-pedagógico, que promove o intercâmbio de saberes entre a universidade e a comunidade, com o desenvolvimento de atividades que contribuam na formação profissional e cidadã dos acadêmicos e no desenvolvimento regional.
2	interação e a troca de conhecimentos entre comunidade acadêmica e comunidade não acadêmica. Buscasse elaborar soluções para problemas da comunidade a partir do conhecimento existente na academia e na sociedade.
3	prática acadêmica que visa promover o intercâmbio entre a universidade e a sociedade. [...] abrange programas, projetos e ações que contribuem para o desenvolvimento social, cultural, econômico e científico das comunidades. Além disso, a Extensão Universitária promove o diálogo entre diferentes saberes e fortalece o compromisso social da universidade.
4	deve haver uma troca de conhecimento entre a universidade e a sociedade [...] A importância está no fato da formação discente de ser um agente atuante na sociedade, promovendo o seu próprio desenvolvimento pessoal, mas também dando sua contribuição para a comunidade, promovendo a melhoria da qualidade de vida da sociedade como um todo.
5	Ações voltadas à propostas de intervenção na sociedade, seja no oferecimento de cursos, na prestação de serviços, etc.
6	São ações universitárias que visam maior integração entre a universidade e a sociedade.
7	Uma atividade interdisciplinar com interação entre Universidade e Sociedade que contribui para o desenvolvimento, crescimento, transformação, etc. das partes envolvidas.
8	O seu propósito busca colocar o estudante como um agente de transformação junto a comunidade levando conhecimentos adquiridos em sua formação bem como entender e conhecer como a comunidade percebe/entende os diferentes conhecimentos e nesse contexto vem colaborar na formação acadêmica do discente.
9	Uma oportunidade do aluno colocar em prática o aprendizado da universidade na comunidade.
10	Ao meu ver, a extensão universitária é uma grande ferramenta para divulgação e conscientização da sociedade acerca das atividades desenvolvidas na universidade.

Fonte: Os autores (2024).

Ao serem questionados sobre as suas percepções a respeito dos principais desafios da curricularização da extensão universitária (Gráfico 1), os coordenadores elencaram a falta de envolvimento da diretoria, professores e alunos, a carga horária excessiva dedicada à extensão, limitações geográficas devido à localização do *campus* em uma cidade pequena, falta de apoio financeiro e de transporte, e a baixa participação dos estudantes nas atividades extensionistas.

Gráfico 1 – Desafios para a implementação da curricularização da extensão universitária



Fonte: Os autores (2024).

Para enfrentar a falta de engajamento, é possível realizar campanhas de conscientização e capacitação para enfatizar a importância da extensão universitária e seus benefícios para a formação integral dos estudantes. Quanto à carga horária dedicada às atividades extensionistas, ela pode ser reavaliada para encontrar um equilíbrio que permita integração eficaz sem sobrecarregar estudantes e professores. Alternativas incluem flexibilizar a carga horária e criar módulos específicos de extensão dentro das disciplinas existentes.

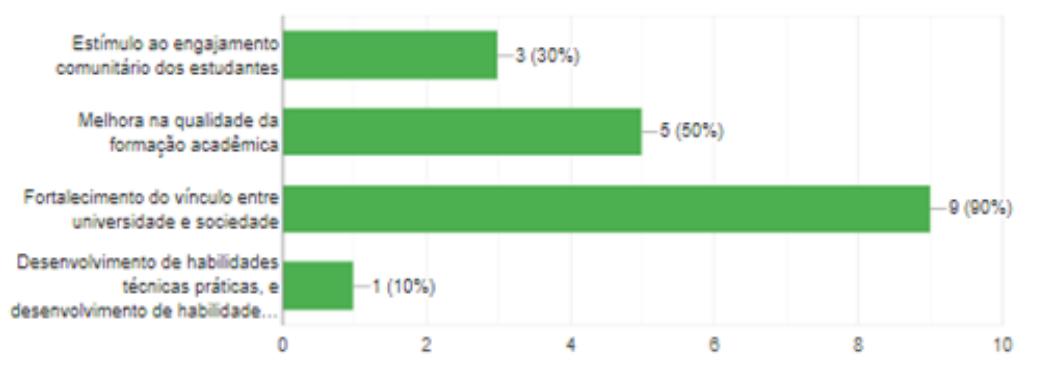
Melhorar o apoio financeiro e logístico é essencial para as atividades extensionistas. A universidade pode buscar parcerias com empresas e governos locais. É importante criar estratégias para motivar os estudantes, como oferecer créditos acadêmicos, certificações e destacar o impacto positivo dessas atividades em suas carreiras futuras.

Quanto às potencialidades da curricularização da extensão (Gráfico 2), observa-se que ela oferece oportunidades para os estudantes aplicarem conhecimentos teóricos na prática, desenvolvendo habilidades essenciais para enfrentar desafios do mundo real.

Na UFVCRP, a curricularização da extensão deve ser alicerçada na pesquisa que a instituição desenvolve. Ao estimular uma abordagem interdisciplinar envolvendo extensão e pesquisa, essa prática proporcionará aos estudantes a oportunidade de um desenvolvimento sólido, aplicando seus conhecimentos na prática, desenvolvendo habilidades essenciais para enfrentar os desafios do mundo real. Essa sinergia entre extensão e pesquisa não apenas enriquecerá a experiência dos estudantes, mas também fortalecerá o compromisso da universidade com o desenvolvimento social e regional (Coord. 3).

Essa aplicação prática é crucial para a formação integral dos alunos, preparando-os para o mercado de trabalho e a vida em comunidade. Além disso, integrar a extensão no currículo fortalece o vínculo entre a universidade e a comunidade, promovendo um intercâmbio de saberes, onde a comunidade se beneficia do conhecimento acadêmico e a universidade obtém contribuições e recursos para aprimorar seus cursos e pesquisas.

Gráfico 2 – Potencialidades da curricularização da extensão



Fonte: Os autores (2024).

A extensão universitária curricularizada promove o desenvolvimento regional ao resolver problemas locais com soluções acadêmicas, melhorando a qualidade de vida e posicionando a universidade como agente de desenvolvimento social e econômico. A combinação de extensão e pesquisa é destacada por incentivar a inovação e o impacto social. Essa sinergia enriquece a experiência dos estudantes e fortalece o compromisso da universidade. Além disso, a curricularização da extensão pode aumentar o engajamento dos alunos ao conectar atividades acadêmicas com projetos práticos. Muitos coordenadores acreditam que integrar extensão e pesquisa é uma estratégia eficaz, pois projetos com componentes extensionistas atraem mais interesse dos estudantes e aplicam conhecimentos em situações reais.

A flexibilização da carga horária para atividades de extensão é vista como essencial. Coordenadores sugerem revisar a exigência de 10% da carga horária total dos cursos, considerada por muitos como excessiva:

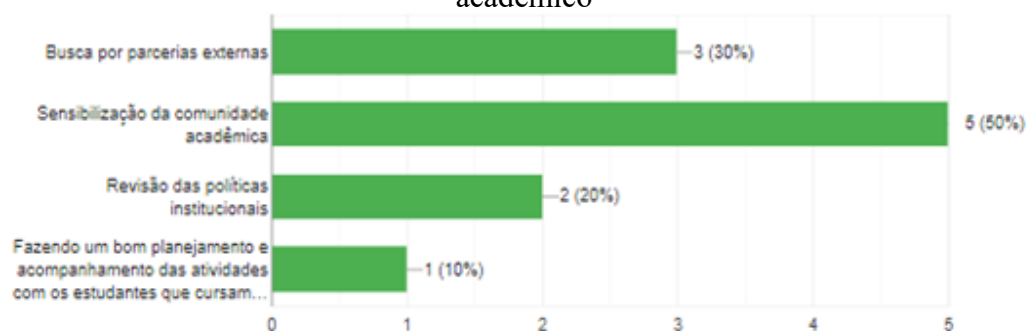
Por mais que seja fundamento incentivar a extensão pela implementação de carga horária de extensão na grade do curso, 10% exige uma muitas horas de curso com maior carga horária, obrigando a criação de disciplinas e inclusão de cargas horária de extensão em disciplinas já existentes que não trarão resultado extensionista efetivo. [...] Seria mais efetivo exigir uma carga horária mínima e não muito

alta, mas que garantisse o desenvolvimento de atividades de extensão para treinamento. (Coord. 2).

Os coordenadores sugerem adotar uma carga horária mínima, porém significativa, para atividades de extensão, facilitando a integração dessas atividades em disciplinas existentes. Também destacam a necessidade de mais apoio institucional, como recursos financeiros e logísticos, além de incentivos para professores e alunos, como bolsas e créditos acadêmicos. Campanhas de conscientização, incluindo *workshops* e seminários, são recomendadas para informar a comunidade acadêmica sobre os benefícios da extensão. Finalmente, propõem atividades de extensão em horários flexíveis e modalidades alternativas para incluir estudantes de cursos noturnos, que enfrentam desafios adicionais.

A análise do Gráfico 3 sobre a curricularização da extensão na UFVCRP revelou a necessidade de uma abordagem multifacetada. Para superar os obstáculos, são essenciais a conscientização e o engajamento da comunidade acadêmica, um apoio institucional robusto, flexibilização logística e capacitação docente. Implementar essas estratégias pode enriquecer a formação acadêmica e gerar um impacto positivo na sociedade. Destacou-se a importância de campanhas educativas e *workshops* para aumentar a conscientização sobre os benefícios da extensão para a formação dos estudantes e a comunidade.

Gráfico 3 – Como superar os obstáculos da integração da extensão no currículo acadêmico



Fonte: Os autores (2024).

A localização do *campus* em uma cidade de pequeno porte é vista como um desafio para a realização de atividades extensionistas:

Em função da exigência da curricularização da extensão para todos os cursos de graduação, isso traz uma dificuldade no sentido do *campus* estar localizado em uma cidade de pequeno porte, causando um problema para todas as atividades extensionistas que precisam ser realizadas para que todos os discentes possam cumprir essa exigência curricular. (Coord. 4)

Os coordenadores sugerem que o *campus* crie parcerias com instituições e empresas locais para facilitar a execução dos projetos de extensão. Também destacam a importância de flexibilizar a carga horária das atividades de extensão, integrando-as mais facilmente nas disciplinas existentes. A falta de apoio financeiro e logístico é um obstáculo recorrente; os coordenadores acreditam que a universidade deve aumentar o financiamento e fornecer recursos adequados, incluindo verbas para execução dos projetos, transporte e materiais necessários:

Maior apoio da instituição (financeiro e de pessoal) para aprimorar a execução das atividades propostas em cada grade curricular. (Coord. 7)

Falta apoio financeiro, transporte para levar a comunidade para a universidade, falta um marketing forte dos cursos. (Coord. 8)

A formação inadequada de alguns professores para projetos extensionistas é uma preocupação. Os coordenadores sugerem que a universidade ofereça programas de capacitação para preparar os docentes para integrar a extensão em suas disciplinas e criar projetos eficazes. Para aumentar o engajamento dos estudantes, propõem incentivos como créditos acadêmicos e bolsas de estudo, além de tornar os projetos mais atrativos, evidenciando os benefícios pessoais e profissionais. Como a extensão é uma iniciativa recente na UFVCRP, é crucial acompanhar e avaliar continuamente as atividades, com revisões periódicas e *feedback* constante para ajustar práticas e atingir os objetivos da curricularização da extensão de forma eficaz.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A curricularização da extensão na UFVCRP representa um avanço importante na formação integral dos estudantes, promovendo uma conexão mais próxima entre a academia e a comunidade. O estudo destacou desafios como falta de envolvimento, carga horária excessiva, limitações geográficas, falta de apoio financeiro e logístico, e baixa participação dos alunos.

As estratégias propostas incluem flexibilização da carga horária, criação de módulos específicos nas disciplinas existentes, aumento de apoio financeiro e logístico, e campanhas de conscientização. Essas ações visam facilitar a implementação e aumentar o engajamento.

A sinergia entre extensão e pesquisa também foi identificada como uma potencialidade significativa, oferecendo uma formação prática que prepara os alunos para o mercado de trabalho. A integração da extensão fortalece o vínculo universidade-comunidade, promovendo um intercâmbio de saberes benéfico para ambos.

Para aprofundar a compreensão e melhorar a implementação da extensão, sugerem-se as seguintes linhas de pesquisa para futuros trabalhos:

- a) Análise comparativa entre instituições: Comparar processos e resultados em diferentes universidades para identificar práticas eficazes;
- b) Engajamento de estudantes de cursos noturnos: Explorar estratégias para aumentar o engajamento de alunos com outras responsabilidades, como atividades de extensão em horários flexíveis ou online;
- c) Impacto na empregabilidade: Investigar como a participação em atividades extensionistas afeta a empregabilidade dos graduados;
- d) Parcerias institucionais: Analisar como parcerias com empresas e instituições podem apoiar financeiramente e logisticamente a extensão;
- e) Capacitação de docentes: Examinar métodos para capacitar docentes a integrar e desenvolver projetos extensionistas eficazes.

Essas sugestões visam aprofundar o conhecimento e promover práticas que garantam o sucesso e a sustentabilidade da extensão universitária a longo prazo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. L. de; ARAÚJO, M. A. M. de; GUERREIRO, M. R. Extensão Universitária no Ensino Superior: o diferencial na qualidade acadêmica. In: **CONFERÊNCIA DO FÓRUM DA GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR NOS PAÍSES E REGIÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA**, 2012. Anais [...].

ANDRADE, Gleiciane Sabino Mateus; BORDA, Odiones de Fátima. Curricularização da extensão universitária: um estudo sobre os desafios para a implementação nas condições atuais. **Revista Uniaraguaia**, v. 16, n. 3, p. 79-94, 2021.

ANDRADE, R. M. M.; MOROSINI, M. C.; WIEBUSCH, E. M. Desafios Contemporâneos da Extensão Universitária: da invisibilidade à curricularização. In: **X CONGRESSO IBERO AMERICANO DE DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA-CIDU**, 2018. Anais [...].

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização e administração universitária no Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 abr. 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 jun. 2024.

_____. Decreto n. 6.495 de 30 de junho de 2008. Institui o Programa de Extensão Universitária - PROEXT. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1. jul. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6495.htm. Acesso em: 12 jun. 2024.

_____. Lei n. 5.540 de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 nov. 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 13 jun. 2024.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 12 jun. 2024.

_____. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 13 jun. 2024.

_____. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Superior. Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 – 2024 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 dez. 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1042_51-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 13 jun. 2024.

FERREIRA, A.; AMARAL, M. G.; LACERDA, P. T. A inserção da universidade pública no processo de inovação e desenvolvimento regional: um estudo de caso exploratório. In: **XXXIII ENCONTRO DA ANPAD**. São Paulo: 2009. Anais [...].

FÓRUM DE PRO REITORIAS DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS-FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012. Disponível em: https://proexc.ufu.br/sites/proexc.ufu.br/files/media/document/Política_Nacional_de_Extensao_Universitaria_-FORPROEX-_2012.pdf. Acesso em: 12 jun. 2024.

IMPERATORE, S. L. B.; PEDDE, V. “Curricularização” da Extensão Universitária no Brasil: questões estruturais e conjunturais de uma política pública In: **XIII CONGRESO LATINOAMERICAN DE EXTENSIÓN UNIVERSITARIA**, Havana, 2015. Anais [...]. Disponível em:

https://curricularizacaodaextensao.ifsc.edu.br/files/2016/06/1_Artigo_Curricularizaca_da_Extensao_Universitaria_no_Brasil.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

LEITE, F. C. L.; HELLMANN, R. M. Curricularização da Extensão Universitária: case de sucesso no CST em Gestão de Turismo – IFSC/SC. **Revista Extensão em Foco**. Palotina, n. 30, p. 14-31, jan./jul. 2023.

MIGUEL, J. C. A curricularização da extensão universitária no contexto da função social da universidade. **Revista Práxis Educacional**, v. 19, n. 50, p. 3, 2023.

NETTO, J. C. L. **Gasto público e execução orçamentária**: uma análise da aplicação de recursos na área de extensão no âmbito da Reitoria do Instituto Federal da Paraíba – IFPB, no período de 2015 a 2017. João Pessoa, 2019, 139 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

OLIVEIRA, C. V. N. C.; TOSTA, M. C. R.; FREITAS, R. R. Curricularização da extensão universitária: uma análise bibliométrica. **Brazilian Journal of Production Engineering**, v.6, n. 2, Edição Especial “Gestão Pública”, 2020, 114-127p.

PEREIRA, N. F. F.; VITORINI, R. A. S. Curricularização da extensão: desafio da educação superior. **Interfaces-Revista de Extensão da UFMG**, v. 7, n. 1, 2019.

PEREIRA, V. H. S. **Análise do financiamento público da extensão universitária no âmbito da Universidade Federal do Cariri, no período de 2016 a 2020. 2021**. Natal, 2021. 119 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – UFRN, Natal, RN, 2021.

SANTA ANNA, J. Para além dos muros da universidade: prática docente na extensão universitária. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, v. 8, n. 1, p. 226-246, 2020.

SANTOS, F. S. **Financiamento Público das Instituições Federais de Ensino Superior-IFES**: um estudo da Universidade de Brasília - UnB. Brasília, 2013, 69 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

SILVA, W. P. Extensão universitária: um conceito em construção. **Revista Extensão & Sociedade**, v. 11, n. 2, 2020.

Recebido em: 30/09/2024.

Aceito em: 25/03/2025.